

# Em Rede

Rede de Autarquias Participativas | Nº 5

Novembro de 2020

## Dossiê temático

### CRIAR UMA AGENDA LOCAL PARTICIPADA

Boas práticas

06

## Pesquisa colaborativa

### A PARTICIPAÇÃO DE GRUPOS SUB- REPRESENTADOS

Resultados preliminares

22

## Inova Juntos

### COOPERAÇÃO MUNICIPALISTA - BRASIL E PORTUGAL

Candidaturas abertas

27

## Porto Alegre, Brasil

### "A PARTICIPAÇÃO POPULAR ANDANDO PARA TRÁS"

Artigo de opinião

32



# FICHA TÉCNICA

**TÍTULO** Boletim Em Rede  
**NÚMERO** 5  
**DATA** Novembro de 2020  
**EDIÇÃO** Rede de Autarquias Participativas  
**PRODUÇÃO** Oficina

## COLABORARAM

Alfredo Alejandro Gugliano, Bruna Suptitz, Município de Braga, Município de Guimarães, Município de Lagoa - Algarve, Município de Torres Vedras, Município de Valongo, Projeto Inova Juntos.

## CONTACTOS

OFICINA  
Estrada Senhora da Saúde, 32A,  
8000-500 Faro  
Portugal

[rap@oficina.org.pt](mailto:rap@oficina.org.pt)

## EDIÇÃO DE USO DIGITAL DISPONÍVEL EM

[www.portugalparticipa.pt](http://www.portugalparticipa.pt)  
[www.oficina.org.pt/rap.html](http://www.oficina.org.pt/rap.html)



---

# CONTEÚDOS

- 4 Mensagem da Presidência
- 5 Apresentação
- 6 Dossiê - ODS
  - Braga
  - Lagoa, Algarve
  - Guimarães
  - Torres Vedras
  - Valongo
- 22 Estudo - A inclusão de grupos sub-representados
- 27 Notícia - Inova Juntos, Cooperação Brasil e Portugal
- 32 Opinião - A participação popular andando para trás

# ODS AGENDA MUNDIAL OU AGENDA LOCAL

Estimados membros da Rede de Autarquias Participativas,

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável têm vindo a ser divulgados mundialmente, promovendo não só os seus próprios fins, mas também princípios éticos que os sustentam, sobre os quais mais do que nunca importa refletir.

Vivemos dias incertos e os problemas que pareciam distantes estão hoje bem próximos, tendo transformado a nossa realidade, hábitos individuais e a vida em sociedade.

A par destas mudanças comportamentais, surgem problemas de fundo, que não sendo visíveis no imediato, irão trazer novos desafios à sociedade civil.

O nosso futuro, a nível local ou mundial, depende da forma como encaramos as quatro dimensões genéricas dos ODS, nomeadamente Social, Económica, Ambiental e Institucional.

Erradicação da pobreza, saúde, redução das desigualdades, padrões sustentáveis de produção e de consumo, cidades sustentáveis, crescimento económico inclusivo, entre outros, são temas que, mais que uma Agenda Mundial, devem constituir uma Agenda Local. As autarquias assumem aqui um papel fundamental na sensibilização dos cidadãos, procurando investir esforços para construir novos modelos de colaboração entre os diferentes setores da sociedade e integrar os ODS nos planos e políticas municipais, permitindo apontar caminhos, enquanto agenda estruturante e articulada, que promove diálogos entre distintos segmentos e atores sociais e as diferentes forças políticas e níveis de governo.



Também por isso criámos em Braga o Pelouro da Sustentabilidade, estando a desenvolver o nosso Plano Estratégico para a Sustentabilidade, e somos membros desde a primeira hora da rede CESOP-Local da Universidade Católica, que nos permite acompanhar com regularidade a evolução do nosso Índice de Sustentabilidade Municipal, onde estão vertidos todos os objetivos e indicadores dos ODS.

Cabe-nos a nós, Rede das Autarquias Participativas, ser parte desta Agenda e assumir o nosso papel enquanto promotores de uma verdadeira participação dos cidadãos no seu desenvolvimento e da sua cidade.

**Ricardo Rio**

Presidente da Câmara Municipal de Braga  
Vice-Presidente da Rede de Autarquias Participativas

# APRESENTAÇÃO

Este número do Boletim, o quinto de 2020, é particularmente dedicado ao tema da Nova Agenda Urbana e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A este propósito, foi possível contar com a colaboração de alguns municípios da Rede, que respondendo ao desafio lançado, partilharam as suas experiências de implementação dos ODS. Todas diferentes, mas todas com o objetivo de trilhar um caminho de inovação e de compromisso com a sustentabilidade.

Esta edição conta também com a publicação de dados preliminares do estudo colaborativo de pesquisa-ação conduzido pela Rede sobre a inclusão de grupos sub-representados nos processos participativos. Os resultados apresentados são referentes à análise do caráter inclusivo das páginas de Internet criadas para alojar as práticas de participação promovidas pelos membros da RAP.

O boletim incorpora igualmente uma apresentação do projeto Inova Juntos, apostado em promover a cooperação entre Brasil e Portugal no domínio da Nova Agenda Urbana e dos ODS. As candidaturas acabam de ser lançadas e estarão abertas até meados de janeiro de 2021.

Por último, os leitores poderão ter contacto com uma leitura muito atual sobre os retrocessos verificados na participação cidadã em Porto Alegre, Brasil, capital gaúcha internacionalmente conhecida por ter sido pioneira na implementação dos Orçamentos Participativos.

DOSSIÊ

# OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

*Este dossier temático conta com os contributos dos Municípios de Braga, Lagoa - Algarve, Guimarães, Torres Vedras e Valongo*



# Braga ODS Lab



## Metodologia utilizada para a implementação local dos ODS

Ação de sensibilização com metodologias de educação não formal para e com jovens de escolas básicas, secundárias e do ensino superior da cidade de Braga.

Processo de levantamento sobre iniciativas de promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Município de Braga.

Ação realizada entre janeiro e dezembro de 2018. No entanto, o projeto iniciou-se, em 2016, com um protótipo no âmbito da realização de "Braga - Capital Ibero-americana da Juventude".

## Principais resultados alcançados

Disseminação da Agenda 2030 e dos ODS a nível local e sensibilização de jovens bracarenses para estas temáticas.

Desenho de Planos de Ação Jovem para os participantes nos ODS Labs.

Realização de três laboratórios por ODS, totalizando 51 sessões e atingindo um total de 1257 participantes com idades compreendidas entre os 06 e os 22 anos.

## Elementos de inovação

- Implementação de um processo de "design thinking" simplificado;
- Auscultação efetuada aos jovens;
- Realização de propostas com soluções para os problemas identificados.

## Principais desafios

Promover modelo inovador de educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



# Lagoa, Algarve



## Metodologia utilizada para a implementação local dos ODS

A Câmara Municipal de Lagoa é uma organização piloto ao nível de políticas públicas responsáveis, com uma gestão inteligente e inclusiva dos seus recursos humanos e materiais, tendo como visão aumentar o usufruto da cidade por todas as pessoas que nos procuram para viver, estudar, trabalhar ou visitar em respeito pelas circunstâncias ambientais e naturais à nossa disposição. É nossa missão, criar sistematicamente uma melhor conjuntura para o acolhimento de pessoas de todas as idades e condições socioeconómicas, com diferentes culturas e formas de estar e viver a cidade, que se pretendem manter ativas e saudáveis, num concelho que se quer sustentável e vivido.

Neste contexto, dar-se-á continuidade a uma política de anos temáticos e de causas, que tem marcado os últimos dois ciclos de gestão, preparando-nos agora para trabalhar a Sustentabilidade até ao final deste mandato, dedicando-nos à máxima mobilizadora que visa a construção de uma Cidade Sustentável, comportando estrategicamente um triplo objetivo: um desenvolvimento economicamente eficaz, socialmente equitativo e ecologicamente sustentável.

Com o envolvimento de todas e todos os Lagoenses e, com o habitual empenho de todos os nossos colaboradores e colaboradoras, recorrendo a todos os nossos meios materiais e humanos, iremos focar-nos em projetos e ações que contribuam para a execução, principalmente, dos seguintes objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030:

- Contribuir para a Saúde e Educação de qualidade;
- Garantir a Igualdade entre Mulheres e Homens nas várias esferas da vida;
- Facultar Energias Renováveis e Acessíveis;
- Reduzir as Desigualdades;
- Construir uma Cidade e Comunidades Sustentáveis;
- Incentivar à Produção e Consumo Sustentáveis;
- Contribuir para uma Ação Climática;
- Favorecer a Paz e Instituições Eficazes;
- Mobilizar Parcerias para a implementação destes objetivos.

A primeira fase de implementação local dos ODS, passou pela sensibilização sobre os 17 objetivos, através da visualização de um vídeo informativo e da entrega de brochuras a cerca de 300 pessoas, bem como da respetiva divulgação nos meios de comunicação do Município de Lagoa.

A segunda fase é dirigida aos mais novos, para se garantir a sustentabilidade na atuação e efetivação dos ODS a nível local no futuro. Numa parceria com a Associação Discurso Paralelo, desde janeiro de 2020 que está a ser implementada a Academia My Polis, um projeto piloto que decorre com 7 turmas dos dois agrupamentos das escolas públicas do concelho de Lagoa, abrangendo no total 140 alunos/as e 6 professores/as, sendo na sua maioria os responsáveis pela disciplina de Cidadania e Desenvolvimento. Numa primeira instância este projeto pretende dar ferramentas e conteúdos aos mais jovens sobre o desenvolvimento sustentável, tendo como base a educação para a cidadania e para a sustentabilidade.

As áreas a serem trabalhadas foram definidas juntamente com os professores e são as seguintes: Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; Riscos; Instituições e participação democrática; Literacia financeira e educação para o consumo. Após um conhecimento mais detalhado sobre as temáticas, passa-se à segunda parte do projeto que é composto por uma aplicação para os alunos e um backoffice web para os professores gerirem os jogos na sala de aula.

No backoffice o docente tem acesso aos jogos a decorrer, tal como às pontuações do utilizador individual e de equipa, a quem pode tirar pontos baseado no seu comportamento. Este processo é sempre em grupo e permite que o comportamento da equipa seja melhorado, uma vez que os pontos são atribuídos mediante as respostas dadas, mas também mediante o comportamento do aluno/a enquanto cidadão/cidadã. Além disso, os alunos/as têm acesso a uma plataforma onde podem sugerir propostas de melhoria do seu espaço escolar.



A terceira fase passou pela adesão do Município de Lagoa à CESOP Local, que tem como objetivo a investigação e a prática nos valores da cidadania, da participação ativa e da responsabilidade partilhada, enquanto suportes para a implementação de medidas de transição para a sustentabilidade em territórios administrativos. A participação nas reuniões da CESOP deve-se também à ambição em implementar a norma NP ISO 37120:2017, uma vez que são estabelecidas metodologias para um conjunto de indicadores para orientar e medir o desempenho dos serviços urbanos e a qualidade de vida.

## Elementos de inovação

É inovador porque:

- Promove a importância da ação e responsabilidade de cada um dos munícipes para tornar a sua cidade sustentável.
- Oferece ferramentas aos/às jovens para que tenham conhecimento dos ODS e apliquem e proponham alterações concretas para a sua escola.
- Estimula a participação ativa dos jovens, por ser um processo gamificado.
- Promove formação acreditada aos docentes capacitando-os de ferramentas para trabalharem e explorarem em backoffice várias temáticas relacionadas com a cidadania e a sustentabilidade.
- Responsabiliza os jovens, dando-lhes voz e propondo que os mesmos partilhem os seus conhecimentos com os seus colegas, vizinhos, professores e familiares.

## Principais resultados alcançados

- Consciencialização dos munícipes para a existência dos 17 ODS;
- Participação dos munícipes no processo de construção de uma cidade mais sustentável;
- Desenvolvimento pessoal e social dos jovens do concelho no âmbito da educação para a cidadania e para a sustentabilidade;
- Documento do sentido de responsabilidade e envolvimento dos jovens no processo de construção e melhoramento do seu espaço escolar e da sua cidade;
- Perceção dos indicadores a nível local e de que forma poderão ser trabalhados;

## Principais desafios

O Município pretende passar a mensagem de que todos importam no processo de participação e na criação de uma cidade sustentável, porém um dos grandes desafios é criar e adaptar os mecanismos de comunicação aos diversos públicos existentes.



# Guimarães

## Metodologia utilizada para a implementação local dos ODS

O projeto “O Ave para Todos” é resultante de uma aposta efetiva de Guimarães na promoção do desenvolvimento sustentável do território, estando enquadrado no programa para o Desenvolvimento Sustentável - Guimarães 2030. Desde 2015, fruto da estratégia “Guimarães mais Verde”, têm sido desenvolvidas ações que visam sensibilizar a população para a adoção de comportamentos sustentáveis em várias áreas de indicadores.

Uma destas diz respeito à recuperação e valorização dos recursos hídricos que representam uma enorme valia para Guimarães. Assim, tendo consciência da importância dos recursos hídricos, e tendo como objetivo final a sua recuperação total e pleno usufruto, o Município de Guimarães em coordenação com o Laboratório da Paisagem, tem em desenvolvimento um projeto piloto, focado na ação da comunidade, cujo principal objetivo é implementar um plano de ação eficaz que vise a obtenção do bom estado ecológico do rio Ave.

Trata-se de um projeto que nesta sua fase piloto se dirige aos habitantes das freguesias do concelho atravessadas pelo rio Ave (cerca de 45.000 habitantes), incluindo autarcas locais, alunos dos diferentes ciclos de ensino (24 escolas), e sete brigadas verdes (conjunto de voluntários que desenvolvem ações em prol do desenvolvimento sustentável). Todas as ações implementadas do “O Ave para Todos” representam um forte contributo para que, juntamente com a sociedade civil, se materialize uma atitude de consciência ambiental que impulse a concretização de vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (ODS nº4, nº6, nº8, nº9, nº11, nº13, nº14 e nº15).

“O Ave Para Todos” é, assim, um projeto desenvolvido pelo Laboratório da Paisagem, uma instituição que nasceu de uma relação tripartida entre a Câmara Municipal de Guimarães, a Universidade do Minho e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.



Em termos metodológicos, assenta em três eixos de intervenção: Educação para a Sustentabilidade, Investigação e Desenvolvimento (I&D) e Comunicação. O eixo de Educação para a Sustentabilidade compreende um total de 120 ações a realizar nas 24 escolas da área de implementação do projeto atingindo todos os ciclos de ensino, resultando num total de 700 embaixadores do Rio Ave capacitados sobre as diferentes valências do Rio e, também por isso, necessariamente mais vigilantes e críticos. Estas ações de capacitação estão também focadas na população geral, tendo como alvo os eleitos das Juntas de Freguesas e os grupos de voluntários das Brigadas Verdes.

Estas ações visam dotar os intervenientes de ferramentas teórico-práticas em diferentes áreas (ex.: poluição, usos do solo, biodiversidade) e baseiam-se na premissa de que uma população devidamente informada, torna-se também ela mais crítica e atenta, atuando em conformidade.

Por sua vez, o eixo I&D pretende gerar, transferir e aplicar conhecimento para a gestão eficiente dos recursos hídricos, aumentando a sua resiliência aos impactes das alterações climáticas, apoiando a implementação da Agenda 2030 das ONU para o Desenvolvimento Sustentável.

Por fim, o plano de comunicação dissemina o projeto e as suas atividades e resultados a todos os que desejam contribuir para a elevação do rio Ave como exemplo maior do nosso Património Natural. Por forma a garantir a replicabilidade nos restantes concelhos da bacia hidrográfica do rio Ave ou noutras bacias com características semelhantes, o projeto culminará com a produção de um livro metodológico que compilará toda a informação do “O Ave para Todos”, bem como os respetivos registos fotográficos e instrumentos de avaliação.



## Principais resultados alcançados

O projeto prevê a realização, nos estabelecimentos de ensino, de um total 120 ações de educação e sensibilização ambiental. Os resultados indicam que os alunos têm adquirido competências para se tornarem “embaixadores do rio Ave”, sendo capazes de reconhecer pressões e indicadores positivos do rio, de nomear soluções para prevenir a sua degradação e de difundir boas práticas para a conservação da biodiversidade.

As ações teóricas dirigidas às Juntas de Freguesia e Brigadas Verdes incluíram 11 sessões de capacitação promovidas por investigadores do Laboratório da Paisagem nas diversas áreas (Natureza e Biodiversidade, Paisagem e Território e Recursos Hídricos), bem como por agentes de autoridades locais e governamentais.

O principal resultado destas sessões, para além do conhecimento adquirido e partilha criada, foi a cocriação da ficha de campo “Ave Watching”. Esta ficha permite a avaliação, de uma forma abrangente, do grau de alteração do leito e das margens do rio Ave, assinalando aspetos essenciais para uma correta monitorização da qualidade da água.

Após a sua implementação, o Laboratório da Paisagem auxiliará: i) na validação dos resultados da ficha de campo, ii) na proposta e acompanhamento de ações que contribuam para o melhoramento dos diferentes parâmetros e iii) na compilação e tratamento das informações obtidas. As principais conclusões geradas são remetidas para as entidades parceiras (locais e nacionais) responsáveis pelo licenciamento, fiscalização, monitorização, vigilância, gestão e exploração dos recursos hídricos e das atividades económicas, por forma a averiguarem e procurarem soluções para a prevenção da degradação da qualidade do rio Ave. Paralelamente, tem sido realizada a monitorização contínua do rio Ave no concelho de Guimarães, de acordo com as recomendações da Diretiva-Quadro da Água, suportando o desenvolvimento de ações com base científica. O progresso “O Ave para Todos” pode ser acompanhado através do portal do projeto ou através das redes sociais do Laboratório da Paisagem, tendo a sua disseminação, nos canais digitais, contribuído já, de forma importante, para o envolvimento dos cidadãos, bem como para o estabelecimento de novas parcerias.



## Principais desafios

Os principais desafios prendem-se com a necessidade do comprometimento dos cidadãos e a necessidade de assegurar que as mudanças comportamentais obtidas se prolongam no tempo, i.e., além do tempo do próprio projeto. Pretende-se também, de modo ambicioso, recuperar a identidade do rio através da promoção da ligação das pessoas a este.

Dada a experiência adquirida por Guimarães, nos últimos anos, em diversos projetos de sensibilização ambiental, reconhece-se que será com a persistência e motivação dos investigadores e agentes envolvidos no projeto, que será possível contagiar os grupos-alvo, resultando esta ação conjunta numa efetiva alteração comportamental dos cidadãos, bem como numa noção clara da importância da contribuição de todos para a melhoria das nossas linhas de água.

Assim, é objetivo que o conhecimento gerado, seja ele científico ou de educação ambiental, tenha um efeito prático nas ações e decisões que tomamos no nosso dia-a-dia.

Reconhecendo-se a ambição do desafio, o projeto foi implementado, primeiramente, com uma forma

piloto, sendo que os resultados obtidos permitem encarar com otimismo a sua total concretização. Para isso, muito tem contribuído o envolvimento dos decisores políticos que fizeram deste tema um dos grandes desafios a alcançarem.

## Elementos de inovação

O projeto “O Ave para Todos” permite uma abordagem holística, multidisciplinar e dinâmica, que conta com a cooperação e envolvimento não só da comunidade científica, entidades governamentais e autoridades locais, mas também da sociedade civil. Pretende, desta forma, promover uma forte ação vigilante, por parte de todos os intervenientes, a fim de concretizar a missão de despoluição do rio Ave e dos seus afluentes. A utilização de metodologias adaptadas à realidade (integrando diversos componentes dos ecossistemas em estudo), a participação ativa dos cidadãos (nas fases de pesquisa, monitorização, identificação e resolução de problemas) acompanhadas de uma forte estratégia de comunicação, são essenciais para a obtenção de resultados conclusivos, objetivos e céleres.



# Torres Vedras

## Metodologia utilizada para a implementação local dos ODS

### Objetivo 11 - Cidades e comunidades sustentáveis

A criação de uma rede de ciclovias urbanas e de uma rede de disponibilização de estações de bicicleta pública – Agostinha na cidade de Torres Vedras, pretende incentivar a alteração dos modos de deslocação em meio urbano, de transporte individual para modos suaves, de bicicleta e andar a pé.

A rede de ciclovias urbanas de Torres Vedras, com uma extensão de cerca de 12.5km, articula-se com a rede de bike stations - Agostinhas (utilização em sistema de Bikesharing).

De modo que o ciclista circule em segurança, juntamente com outros modos de transporte, sobretudo o automóvel, foi implementado na cidade de Torres Vedras as Zona 30, que procuram que os condutores de veículos motorizados circulem em velocidade inferior a 30 km/h, estimulando os ciclistas urbanos a utilizar este meio de transporte ecológico, prático, saudável e em segurança. A utilização generalizada da bicicleta contribui para a redução dos níveis de ruído urbano, dado que são muito inferiores aos dos veículos motorizados.

A rede de ciclovias e a rede de Bike Stations Agostinhas, encontram-se estruturadas de forma a permitir o acesso aos principais pontos da cidade, geradores e atratores de deslocações, sejam eles, zonas habitacionais de densidade populacional elevada, ligando também núcleos residenciais mais periféricos ao centro da cidade, assim como equipamentos e serviços públicos, como o Tribunal, o Hospital e as Escolas.

Esta rede interligada, conecta-se ainda às novas paragens de transportes públicos e ao Terminal Rodoviário, contribuindo assim, para a intermodalidade entre modos suaves e transportes públicos, Anexo I.

O incentivo municipal à utilização da bicicleta visa contribuir para a melhoria da saúde física e mental dos utilizadores, tratando-se de uma atividade física saudável moderada. O incremento de utilizadores de bicicleta contribuí ainda para a diminuição do número de veículos automóveis, contribuindo para a diminuição do congestionamento do tráfego e, por consequência, a perda de tempo de trabalho devido a engarrafamentos, que tem um benefício económico indireto para a economia das famílias. Há ainda uma relevante vantagem na utilização da bicicleta, pelo reduzido espaço público necessário para circular e estacionar (um lugar de estacionamento automóvel permite o estacionamento de 5 Bicicletas, e uma bicicleta pode ser utilizada 15 vezes por dia).



A implementação do sistema de bicicleta pública – Agostinha - na cidade de Torres Vedras, teve o seu início em 2013, com 11 estações, e conta presentemente com 19 estações instaladas (a 20ª estação encontra-se em instalação), disponibilizando tanto bicicletas standard a pedal como elétricas, dispendo também de cadeiras para crianças e cestos de transporte de pequenos objetos em algumas cadeiras.

No caso particular de Torres Vedras há ainda que referir que o nome das bicicletas urbanas - Agostinhas - é uma homenagem ao grande ciclista Torreense Joaquim Agostinho, sendo que a utilização/circulação deste veículo pelas ruas da cidade contribui para o fortalecimento da identidade local.

O município disponibiliza gratuitamente a utilização das Bicicletas Agostinhas para alunos inscritos nas escolas da cidade, onde está implementado o sistema e disponibiliza ainda, gratuitamente a adesão ao sistema das Agostinhas, para os Seniores inscritos no Projeto Municipal do Desporto Sénior de idade igual ou superior a 55 anos.

Este serviço de utilização grátis da bicicleta Agostinha para Crianças e Seniores procura dar resposta aos grupos etários da população com maior dependência de mobilidade e acesso a transportes.



**AGOSTINHAS**  
BICICLETAS URBANAS  
TORRES VEDRAS

**ANDAR DE BICICLETA...  
TORNA TUDO MAIS PRÓXIMO**

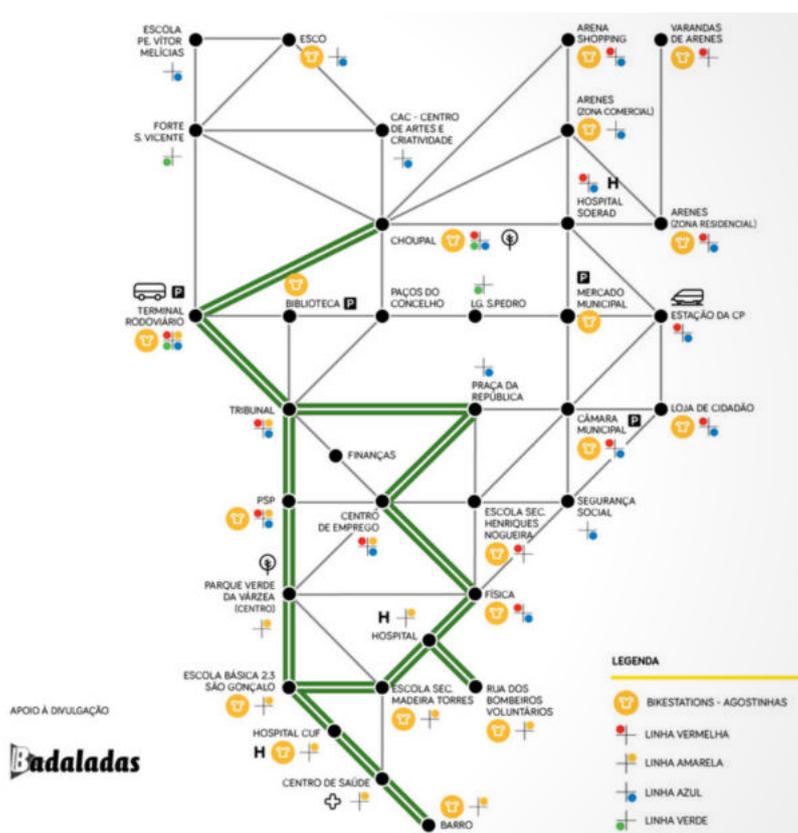
Pode optar por um modelo standard a pedal ou experimentar as bicicletas elétricas. Afinal, temos mais de 290 Agostinhas disponíveis nas 19 bikestations distribuídas pela cidade.

O cartão de utilizador custa 10 € por ano e inclui seguros de responsabilidade obrigatório e de acidentes pessoais.

A adesão é gratuita para alunos com mais de 14 anos inscritos nas escolas da cidade e para os seniores que se encontrem inscritos no Projeto do Desporto Sénior - Mexa-se para a Vida.

Registe-se e comece a pedalar.

[mobilidade-tvedras.pt](http://mobilidade-tvedras.pt)

## Principais resultados alcançados

A rede de Bike Stations- Agostinhas, aliada à rede de ciclovias urbanas, e à redução da velocidade dos veículos motorizados, com a criação da Zona 30, contribui intensamente para que se atinjam os objetivos e metas de redução das emissões de carbono e outros gases com efeitos de estufa, em particular nas zonas urbanas, com ganhos evidentes na melhoria da saúde pública e do ambiente urbano. Os utilizadores da Agostinha por ano percorrem cerca de 93 600 km, com uma estimativa evitada de emissões na ordem das 14 toneladas de CO2.

## Elementos de inovação

Tecnológicos: O software “Bicicard” permite a consulta de disponibilidade de bicicletas nas estações a partir de um computador ou telemóvel com acesso à internet, em [www.agostinhas-tvedras.pt](http://www.agostinhas-tvedras.pt), em tempo real. Além da disponibilidade em cada um dos parqueamentos, permite ainda consultar a localização geográfica das estações. Depois da sua utilização, o utente pode devolvê-la ao sistema em qualquer estação da rede de bike stations da cidade. Esta solução automática de gestão de bicicletas urbanas de uso partilhado Bicicard, é um sistema simples, de fácil utilização, versátil e expansível.

A bicicleta estará ancorada mediante um dispositivo articulado fixado na forquilha da bicicleta. O dispositivo liberta-se de forma imediata e automática uma vez identificado o utilizador com o cartão no sistema, e introduzido o código secreto, feita a escolha da bicicleta a retirar e transmitidos os dados a partir do ponto de controlo ao computador central. Por sua vez, a bicicleta e cada um dos pontos fixos de ancoragem na bancada (parqueamento), levarão incorporados sistemas inovadores de reconhecimento, que permitirão ao sistema de controlo reconhecer com exatidão as bicicletas utilizadas, quem faz a utilização, em que condições, bem como as bicicletas disponíveis e onde se encontram. Este sistema permite uma identificação unívoca das bicicletas graças aos sistemas de reconhecimento RFID integrados na bicicleta e no parqueamento de bicicletas.

Como referido o sistema tem associado a disponibilização de bicicletas eléctricas, que têm um carregamento direto na bancada onde se encontram aparcadas. A estrutura tecnológica apresenta ainda, um sistema de disponibilização de energia em caso de falha do sistema de rede da EDP, através de células fotovoltaicas.

De formação: No âmbito do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Urbano - Plano de Sensibilização para a Mobilidade Sustentável, foram desenvolvidas diversas ações de sensibilização de ensinar a andar de bicicleta, com as crianças mais pequenas e com os Seniores, contribuindo assim para o alargamento de uso da bicicleta como modo de transporte.

## Principais desafios

Aumentar o número de utilizações diárias no percurso casa-escola-casa e casa-trabalho-casa. Alargar a rede de ciclovias urbanas a mais zonas residenciais da cidade.



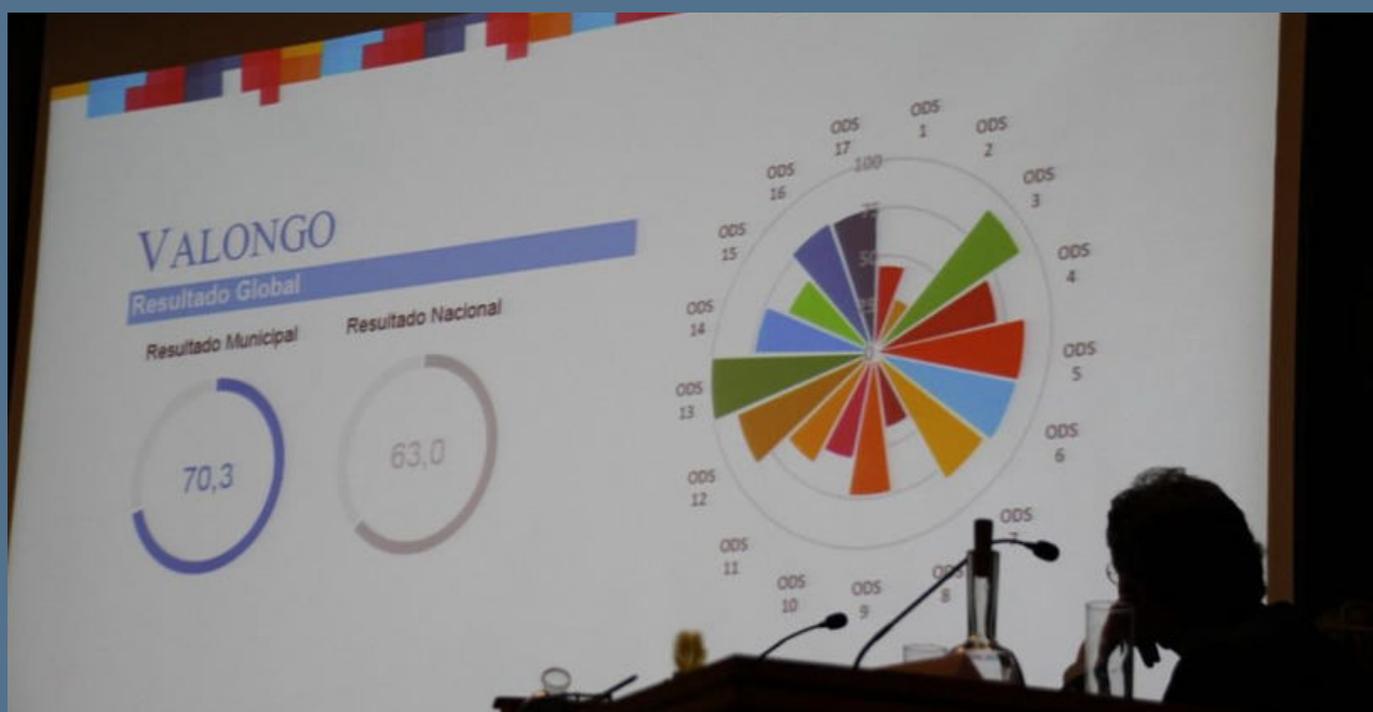
# Valongo

## Metodologia utilizada para a implementação local dos ODS

Cientes de um sentido compromisso internacional, cuja demanda é o desenvolvimento de mecanismos e processos concretos que traduzam eficazmente a agenda de desenvolvimento sustentável em resultados, o município de Valongo foi pioneiro na adesão à Rede Piloto "Territórios Sustentáveis" da CESOP-Local da Universidade Católica Portuguesa, para definir e implementar a Agenda 2030 ao nível local, procurando uma articulação multinível para garantir a consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável no território.

Um dos objetivos da referida Rede foi a realização de trabalho colaborativo com os municípios aderentes, visando o desenvolvimento de uma metodologia para determinar o Índice de Sustentabilidade Municipal (ISM), percorrendo o caminho entre os indicadores globais e os indicadores locais, no desenho de uma metodologia adequada à realidade local.

Para esse efeito, o projeto bebeu da informação produzida e desagregada ao nível municipal pelo município de Valongo, e por outras entidades, entre as quais a Agência Portuguesa do Ambiente, a Direção-Geral de Energia e Geologia, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, a Associação Bandeira Azul da Europa, a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Alto Comissariado para as Migrações, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, a Direção-Geral das Autarquias Locais, a Direção-Geral da Educação, a Direção-Geral da Política de Justiça, a Fundação Francisco Manuel dos Santos, o Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, a Quercus, o Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências e o Turismo de Portugal.



A metodologia desenvolvida é persecutória de outros trabalhos que visam o cumprimento dos ODS, entre os quais o desenvolvimento de uma plataforma digital com o objetivo de promover a interatividade dos diversos stakeholders e um benchmarking imparcial entre as partes, que permita a partilha de conhecimentos e a comparação, de forma fiável, da qualidade de vida em territórios administrativos na ótica do cidadão.

Dado que o cumprimento dos ODS assenta num compromisso entre agentes políticos, económicos e sociais da comunidade, o município de Valongo tem desenvolvido esforços através de ações assentes na valorização do compromisso político, no estabelecimento de redes de confiança e no recurso à inovação e competitividade. Nesse contexto, o município aderiu ao Programa ECOXXI, implementado em Portugal pela ABAE (Associação Bandeira Azul da Europa), que pretende reconhecer todos os Municípios que se destacaram pelas boas práticas de sustentabilidade desenvolvidas ao nível municipal. Sendo um programa de educação para a sustentabilidade, visa o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos municípios em torno de 21 indicadores, como educação ambiental para o desenvolvimento sustentável, sociedade civil, instituições, emprego, conservação da natureza, ar, água, energia, resíduos, mobilidade, ruído, agricultura, turismo e ordenamento do território. Valongo aderiu em 2016 e, desde então, tem sido reconhecido com mérito e com a atribuição do Galardão Bandeira Verde. O ECOXXI é, por isso, uma ferramenta de gestão local muito importante no município de Valongo, e um contributo significativo para a implementação dos ODS.

O processo de implementação dos ODS ao nível local implica mudança de atitudes nos diferentes sectores e, por essa razão, o município de Valongo entendeu que seria necessário agir em diversas vertentes, promovendo a melhoria de comunicação com os parceiros locais, a capacitação dos técnicos municipais, o fortalecimento da articulação entre serviços da comunidade e o estreitamento da relação com a administração central. Nesse contexto, o município de Valongo aposta também na criação de um sistema de sustentabilidade ao nível local (através da reativação da Agenda 21 Local adaptada à Agenda 2030), com o intuito de obter um instrumento de gestão participativo e de mudança, que permitirá ao município de Valongo trabalhar em estreita proximidade com a comunidade, na elaboração de uma estratégia conjunta para a melhoria de qualidade de vida e convergente com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O trabalho desenvolvido debruça-se em eixos como a eficiência ambiental e a coesão social, com vetores estratégicos na área do metabolismo urbano, mobilidade, coesão social, diversidade económica, morfologia territorial e acessibilidades.

A metodologia aplicada pelo município de Valongo envolve assim diversos projetos e ações, cujo ponto de partida foi a identificação da visão política para o território 2030 e a cocriação de um modelo participativo com cidadãos, técnicos e agentes locais, procurando criar uma cultura de responsabilidade partilhada, passando também pela promoção de programas formativos para técnicos, parceiros e para cidadãos e, futuramente, pela implementação de programas de ação especificamente orientados e respetiva monitorização.



## Principais resultados alcançados

Com o desenvolvimento dos projetos em curso alcançaram-se alguns resultados muito interessantes para o município.

- Lançamento e constituição de uma Rede de autarquias que trabalha em conjunto, promovendo a partilha de experiências e conhecimentos visando um objetivo comum – implementação dos ODS, sem uma perspetiva de ranking como base.
- Cálculo do Índice de Sustentabilidade Municipal, permitindo ao município de Valongo ter a perceção do seu posicionamento nesta matéria a nível nacional. O processo de cálculo do Índice de Sustentabilidade Municipal está em melhoramento contínuo; nesta data é composto por 123 indicadores representativos das diversas metas previstas na Agenda 2030 e dos 17 ODS. Este índice apresenta um valor global que mostra a localização do município entre o pior (0) e o melhor (100) possível no que respeita ao seu desenvolvimento sustentável. É possível fazer a comparação do município relativamente às médias alcançadas a nível nacional, e regiões NUTS II e III, no que se refere à Governança, Ambiente, Economia, Social e ainda por objetivo de desenvolvimento sustentável. Salientam-se resultados muito positivos relativamente aos ODS 5, 6, 7, 11, 12, 13, 15 e 17, tendo superado a média alcançada a nível nacional.
- Obtenção do diagnóstico real do município de Valongo relativamente a esta matéria, com valores bastante animadores, demonstrando que está no caminho certo.



- Plataforma digital que possibilita a participação ativa no processo de criação do ISM, identificando e desagregando indicadores à escala local.
- Diversas ações de formação e de capacitação dos técnicos municipais das equipas locais.
- Consciencialização e perceção do trabalho que ainda há a fazer em Valongo considerando os 17 ODS, alavancando projetos e ações em áreas diversas, no sentido da implementação de medidas de transição no território.
- Envolvimento dos Stakeholders.
- Criação de um sistema de sustentabilidade local (ainda em construção, face à pandemia COVID-19).
- Reativação do processo Agenda 21 Local no concelho de Valongo, em convergência com a Agenda 2030.
- Reconhecimento do Município de Valongo na implementação de boas práticas de sustentabilidade, com atribuição de sucessivos galardões ECOXXI.
- Reconhecimento da necessidade de agir localmente para atingir resultados a nível global.
- Consciencialização do impacto das medidas de transição na sociedade, com dados claros e diretos, permitindo assim repensar estratégias de ação e redirecionar esforços, de acordo com as demandas da sociedade em geral e dos parceiros envolvidos.



## Elementos de inovação

Todos os projetos são, por si só, uma inovação, uma vez que tratam da questão dos ODS de forma criativa e próxima do cidadão.

A rede “Territórios Sustentáveis” é pioneira no estudo e no cálculo do índice de sustentabilidade ao nível local, exclusivamente para tratar a temática dos ODS, sendo inovadora em todo o seu conceito.

Outro elemento inovador é a plataforma digital com o objetivo de promover a interatividade entre os diversos stakeholders (Líderes, cidadãos e investigadores), visando proporcionar um benchmarking imparcial na ótica do cidadão.

A criação de um Sistema Local de Sustentabilidade tem aspetos inovadores muito interessantes, uma vez que reúne vários elementos de todos os setores da sociedade civil para debater a questão da sustentabilidade e tratá-la a uma só voz.

Considera-se inovadora a forma como o município de Valongo agarrou esta questão, sujeitando-se, inclusivamente, a diversos mecanismos de avaliação por entidades externas, com total transparência e humildade para, independentemente dos resultados e sem receios, avançar corretamente com a implementação das medidas de transição de acordo com os ODS, visando o bem comum.



## Principais desafios

O maior desafio é, sem dúvida, procurar ter ação em matérias que, pela sua natureza, fogem do âmbito de atuação de uma autarquia, como é o exemplo do ODS 16, o que dificulta uma implementação integral dos ODS ao nível local.

Outro desafio que surge é a criação e gestão ativa do Sistema de Sustentabilidade Local, o que implica uma boa articulação e gestão de diferenças de perspetivas entre os vários intervenientes, que devem ser cuidadosamente definidos de forma a serem representativos de todos os setores da sociedade civil. Será também desafiante conciliar algumas medidas de transição com paradigmas pré-existentes, que obedecem a premissas de outras épocas e outros contextos.

A persistência e resiliência no caminho para o desenvolvimento sustentável é essencial para quebrar pré-conceitos e barreiras nesta temática e garantir o sucesso na implementação de medidas visando o desenvolvimento sustentável. O município de Valongo está profundamente comprometido com este processo, acreditando que todos os potenciais obstáculos constituem enriquecedores desafios, potenciando ações especificamente orientadas para a concretização deste ambicioso desafio, que é a implementação de medidas de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



A close-up photograph of a person's hands typing on a laptop keyboard. The laptop screen is visible in the upper right, displaying a webpage with various elements. The background is softly blurred, showing what appears to be a person's head and shoulders. The overall lighting is warm and focused on the hands and keyboard.

# PESQUISA-AÇÃO COLABORATIVA

# A inclusão de grupos sub-representados nos processos participativos

Análise do caráter inclusivo das páginas de Internet dedicadas aos processos participativos.

A Rede de Autarquias Participativa (RAP) lançou, no passado mês de setembro, uma linha de pesquisa-ação colaborativa focada no tema da inclusão dos grupos sub-representados nos processos participativos. Esta prevê um leque alargado de atividades, entre as quais uma análise do caráter inclusivo das páginas de Internet dedicadas aos referidos processos.

Entende-se como **atores sub-representados** as pessoas que pertencem a grupos sociais ou a territórios tradicionalmente menos presentes nas dinâmicas coletivas, entre as quais se destacam, para o presente trabalho, as práticas participativas promovidas pelas autarquias.

Os resultados desta pesquisa, conduzida pela Oficina, na qualidade de Secretaria Técnica da Rede, em colaboração com o Centro de Estudos Sociais, abrangeu o universo dos membros da RAP, tendo sido analisadas 62 páginas de Internet.

Tendo por base este conceito, a análise incidu sobre as condições de acessibilidade das páginas para diferentes públicos, nomeadamente pessoas:

- com visão reduzida;
- com deficiência auditiva ou surdas;
- com défice cognitivo ou baixa literacia;
- com deficiência motora e mobilidade reduzida;
- com baixa experiência tecnológica;
- com debilidades na ligação à Internet;
- estrangeiras.



Foto: Câmara Municipal de Nelas

## Existência de processos participativos

Das 62 páginas analisadas, 58 evidenciam a existência de processos participativos. A maioria, ou seja 41, apresenta uma página própria dedicada à(s) prática(s) de participação, enquanto 14 optaram por alojar a informação dentro da página principal da autarquia.

## O uso da imagem

As imagens utilizadas para comunicar conteúdos web são determinantes na mensagem emitida e na forma como essa é percebida pelos recetores. Tendo por base esta dimensão e para uma melhor compreensão das diferenças, foram definidos quatro tipos de páginas:

- **generalista**, que utiliza apenas texto e logótipo do processo. São 53,7% dos casos analisados;
- **dedicada**, que faz uso de conteúdos provenientes de bancos de imagens. Foram catalogadas neste grupo 17,9% das páginas;
- **cuidada**, que promove imagens de participantes, mas sem assegurar diversidade de perfis. 9% inserem-se nesta categoria;
- **integradora**, que recorre a imagens de pessoas da comunidade, assegurando diversidade de perfis. Este grupo representa 17,9% do total de casos verificados.

## Igualdade de género

Embora a maioria dos municípios tenha um plano para a igualdade e/ou conselheiras(os) nomeadas(os) nesta matéria, apenas 3 páginas recorrem a uma linguagem sensível às questões de género, com a disponibilização de conteúdos que fazem referência explícita a ambos os sexos. Entre outras dimensões de análise que daqui podem emergir, é crível que esta situação resulte de três tendências: i) papel sobretudo simbólico, e por isso um pouco marginal, das(os) conselheiras(os) no quadro das autarquias; ii) fraca relação entre a promoção da igualdade de género e a dinamização dos processos participativos; iii) funcionamento pouco integrado entre serviços.



### **Públicos com dificuldades de visão**

Em termos de ferramentas orientadas para facilitar o acesso por parte de pessoas que sofrem de baixa visão, concluiu-se que 98% dos casos não possuem quaisquer programas ou funcionalidades que permitam ampliar a tela ou o tamanho das fontes utilizadas. Também não foram encontradas páginas com a opção de áudio para a interpretação dos conteúdos escritos.

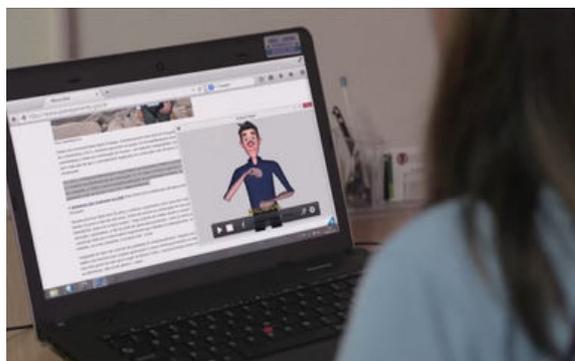
Contudo, a maior parte possui um bom contraste de cores (65,5%) e uma fácil identificação de hiperligações, barras e botões (86,2%).



### **Públicos com dificuldades auditivas**

Tendo por base os conteúdos disponibilizados pelas autarquias, não foi detetado qualquer caso em que os conteúdos áudio estivessem transcritos em formato de texto ou apresentassem a opção de língua gestual. Também neste âmbito, apenas 4 páginas possuem vídeos com recurso a legendas.

As tendências verificadas deixam antever dificuldades de acompanhamento dos processos e de participação por parte de públicos com limitações auditivas ou surdas.



### **Públicos com deficiência motora**

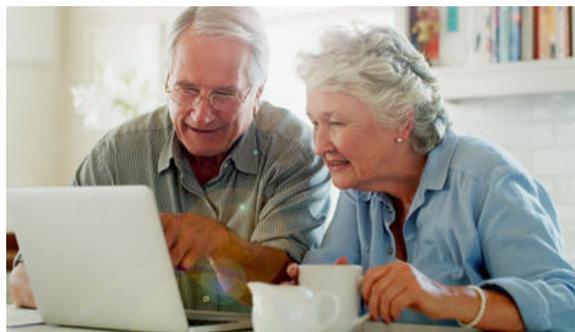
A análise efetuada permite concluir que a grande maioria das páginas apresenta práticas inclusivas, uma vez que disponibiliza contactos telefónicos ou alternativos (82,8%) e permite a participação online em uma ou mais fases dos processos participativos (86,2%).

Estas duas variáveis, nem sempre consideradas, permitem que as pessoas com limitações motoras possam esclarecer dúvidas e participar nos processos sem terem de se deslocar.



### **Públicos com baixa experiência tecnológica**

A inclusão das pessoas com baixa experiência tecnológica ou com debilidades na ligação de Internet parecem ser preocupações refletidas pelas autarquias, visto que a grande maioria das páginas permite, por um lado, uma navegação amigável, apresentando conteúdos bem organizados, fáceis de encontrar e com baixa complexidade de interação e, por outro, um bom desempenho, através do fácil carregamento dos diferentes conteúdos disponíveis.



### **Públicos estrangeiros**

A inclusão de pessoas estrangeiras, em particular de nacionalidades que têm outros idiomas como língua materna, não têm merecido particular atenção na construção das páginas de Internet dedicadas aos processos participativos. Das 58 contempladas nesta análise, apenas 4 se encontram traduzidas ou possuem uma ferramenta de tradução automática para outros idiomas.

Esta é uma dimensão com algum relevo, quando se sabe que a população estrangeira residente em Portugal, que não tem o português com primeira língua, representa na atualidade 3,5 a 4%. A sua distribuição pelo território nacional é, no entanto diferenciada, ultrapassando, em alguns municípios, os dois dígitos.



A large stack of newspapers is shown, tied together with a piece of natural twine. The newspapers are stacked in a way that their edges are visible, showing various headlines and text. The word "NOTÍCIA" is overlaid in large, white, sans-serif capital letters across the center of the stack. The background is a dense, textured wall of newspaper pages, with some headlines like "Ravi dead in his flat", "Arvind Kejriwal", "BJP", and "Rahul will be held" visible. The lighting is soft, highlighting the texture of the paper and the twine.

# NOTÍCIA

# INOVA JUNTOS

## COOPERAÇÃO URBANA TRIANGULAR PARA INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Candidaturas  
abertas

“Inova Juntos” é um projeto promovido pela Confederação Nacional dos Municípios Brasileiros, em parceria com o Centro de Estudos Sociais e a Associação Oficina, com o apoio da União Europeia, e visa identificar e disseminar as mais inovadoras políticas de desenvolvimento urbano sustentável, através de um processo de cooperação entre cidades do Brasil, de Portugal e de outros países da América Latina.

A cooperação decorrerá entre 2021 e 2023 e estará focada em **4 clusters temáticos**:

- desenvolvimento económico e inovação;
- desenvolvimento territorial e consórcios;
- cidades verdes e mudanças climáticas;
- espaços inclusivos e inovação cultural e social.

Para além deste foco temático, a cooperação assume também alguns **valores transversais**, nomeadamente:

- equidade de género;
- boa governança;
- sustentabilidade ambiental;
- inovação;
- democracia local e participação social;
- diálogo com crianças e jovens.

De Portugal serão selecionadas **12 entidades**, por intermédio de um processo concursal, devendo essas corresponder às diferentes formas de governos locais e suas estruturas representativas. São igualmente admitidas outras entidades, tais como organismos regionais, agências de desenvolvimento territorial e comunidades de baldios, entre outras, desde que implicadas diretamente em algum dos clusters temáticos do projeto.



## CLUSTERS TEMÁTICOS DA COOPERAÇÃO

A cooperação triangular será desenvolvida em torno dos clusters temáticos enunciados, tendo estes os conteúdos expostos de seguida.

### Desenvolvimento económico e inovação

- Processos de contratação pública social e ambientalmente responsável;
- Políticas de desburocratização, simplificação ou racionalização implementadas;
- Relação positiva com o setor privado, no fomento do emprego, do empreendedorismo e da economia local;
- Reforço da economia circular e dos circuitos curtos de produção e consumo;
- Impulso das iniciativas inovadoras de economia solidária;
- Modernização dos serviços públicos, tornando-os mais eficazes no apoio ao desenvolvimento económico.



### Desenvolvimento territorial e consórcios

- Participação em consórcios, parcerias, redes, associações e comunidades intermunicipais, entre outras modalidades possíveis, com foco na promoção do desenvolvimento do território;
- Políticas de desenvolvimento territorial e local;
- Fomento ou participação em cadeias de troca de produtos ou serviços com outros municípios da região;
- Programas ou projetos inovadores implementados em cooperação com outras entidades.



## Cidades verdes e mudanças climáticas

- Signatários do Pacto de Autarcas em matéria de clima e energia;
- Cadeias de produção e consumo de proximidade, entre as quais as hortas urbanas;
- Criação de “cidades para as pessoas”;
- Gestão da água e dos espaços verdes;
- Reabilitação ecológica;
- Formas de mobilidade suave e sustentável;
- Recursos energéticos alternativos (produção, distribuição, consumo, intercâmbio, etc).



## Espaços inclusivos e inovação cultural e social

- Provisão de serviços públicos inovadores, em áreas como: habitação, educação, saúde, emprego, minorias, igualdade de género, públicos com limitações físicas e outras, etc;
- Práticas de incremento da cidadania e da participação;
- Práticas de inclusão alicerçadas na cultura e identidades locais;
- Processos de cultura comunitária que valorizam as diferentes identidades locais.



As entidades selecionadas para o processo de cooperação poderão usufruir de uma série de ações, consubstanciadas na forma de:

- apoio de formadores/as e consultores/as contratados/as pelo projeto, com “expertise” nos diferentes clusters temáticos;
- construção de redes de diálogo com outros municípios portugueses, brasileiros e, em casos específicos, também de outros países da Europa e da América Latina;
- viagens de estudo e períodos de intercâmbio com outros territórios, como forma de conhecer e incorporar inovações relacionadas com as áreas de cooperação;
- acesso privilegiado a observatórios, plataformas e publicações, através dos quais pode garantir alta visibilidade das instituições implicadas;
- eventual apoio na orientação e submissão de candidaturas para prémios de boas práticas e financiamento de projetos em parceria com outros atores implicados na cooperação.

O processo concursal, para a seleção das entidades, é composto pelas seguintes fases:

- **submissão de candidaturas** por parte das entidades interessadas (de 18 de novembro de 2020 a 15 de janeiro de 2021);
- **avaliação** das mesmas por parte do júri composto pela CNM, o CES e a OFICINA (de 18 de janeiro a 12 de fevereiro de 2021);
- **decisão do júri** e comunicação dos resultados às entidades concorrentes (de 15 a 19 de fevereiro de 2021);
- **assinatura de um compromisso de cooperação** com cada participante selecionado (até 12 de março de 2021).

A submissão das candidaturas, por parte das entidades portuguesas, deve ser efetuada a partir da página oficial do projeto: <https://inovajuntos.cnm.org.br>

Para mais informações e esclarecimento de dúvidas referentes ao processo concursal em Portugal devem ser remetidas para o correio eletrónico [candidaturasinovajuntos@oficina.org.pt](mailto:candidaturasinovajuntos@oficina.org.pt)





**OPINIÃO**



## A participação popular andando para trás

### Os debates sobre o Plano Diretor de Porto Alegre

**Bruna Fernanda Suptitz\***  
**Alfredo Alejandro Gugliano\*\***

O desenvolvimento urbano brasileiro foi marcado por profundas desigualdades a partir das quais, nas metrópoles, os setores mais empobrecidos da população foram afastados para regiões com precariedades em termos de serviços públicos e limitadas condições de moradia (QUEIROZ; LAGO, 1995). Esse foi um dos temas importantes atacados pelos debates que levaram à formulação da nova Constituição de 1988, questão ratificada ainda pela Emenda Constitucional nº 26 que reconheceu a moradia como um direito social inalienável de todo brasileiro.

Neste contexto, surge o planejamento urbano enquanto matéria constitucional. O capítulo da Política Urbana é formado pelos artigos 182 e 183 da Constituição Federal e regulamentado pelo Estatuto

da Cidade, aprovado em 2001, o qual define o Plano Diretor como “o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana” (caput do artigo 40 da Lei Nº 10.257/2001). A Constituição igualmente define que a política urbana é de competência do Poder Público Municipal.

Isso é considerado como um dos principais avanços propostos pelo Estatuto da Cidade. A regulamentação não apenas é considerada um importante marco legal visando reduzir as desigualdades oriundas da trajetória histórica da política urbana brasileira, como também apresenta uma série de medidas visando democratizar a política pública sobre a moradia e os debates sobre a ocupação do espaço das cidades (MARICATO, 2003).

\* Jornalista

\*\* Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituído por lei municipal elaborada pelo Executivo e aprovada pelo Legislativo, o Plano Diretor é obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes ou em alguns casos especiais. A lei que instituir o Plano Diretor deverá ser revisada, pelo menos, a cada dez anos, e prevê consulta à população em sua elaboração e revisão, podendo inclusive ser considerada nula se não realizar audiências públicas antes do envio ao Legislativo.

Assim sendo, o Estatuto da Cidade constitui os procedimentos para adoção e revisão periódica do Plano Diretor e estabelece que isso se dê mediante processos de participação popular, expressamente:

- a promoção de audiências públicas e debates;
- publicidade de documentos e informações; e
- acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos (artigo 40, parágrafo 4º, incisos I a III da Lei Nº 10.257/2001).

Nesse processo, Porto Alegre é uma das cidades que se destaca. Desde o período de redemocratização do país, mais notadamente a partir de meados da década de 1980 e com maior intensidade a partir de 1989 e ao longo da década de 1990, Porto Alegre estabeleceu-se como referência na implantação de modelos participativos de gestão, com destaque ao Orçamento Participativo (OP). Como sublinhado por Leonardo Avritzer (2010), a administração popular de Porto Alegre, iniciada em 1989, antecipa o próprio Estatuto da Cidade ao incluir uma série de mecanismos visando democratizar o debate urbano. Foi nesse período que o Plano Diretor se estabeleceu como um modelo participativo de gestão em Porto Alegre. Embora a cidade já tivesse um Plano vigente e registrasse iniciativas de planejamento urbano ao menos desde o início do século XX, faltava o caráter participativo que o processo adquiriu com as gestões da Frente Popular.



Os debates para a elaboração da nova diretriz para o planejamento urbano tiveram início em 1993 com o I Congresso da Cidade, no qual foram aprovadas 224 propostas, envolvendo diretrizes, programas, recomendações para discussão, projetos e ações que, um ano mais tarde, foram a base para que fosse criado um grupo de trabalho envolvendo 163 entidades representativas da cidade com a finalidade de fundamentar os debates do que seria o II Congresso da Cidade em 1995. Esse processo culminou, em 1999, na aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre.

Já sob vigência do Estatuto da Cidade, a prefeitura de Porto Alegre iniciou o processo de revisão do PDDUA com uma conferência em 2003, ainda sob gestão petista, seguida de audiências públicas e intensos debates na Câmara Municipal. O projeto de revisão foi enviado ao Legislativo em 2007 já no governo de José Fogaça, aprovado em 2009 e sancionado no ano seguinte, em 2010, por José Fortunati. Além da participação popular estabelecida pelo Estatuto da Cidade, o próprio PDDUA previa que conferências avaliativas do documento fossem realizadas a cada quatro anos, o que não aconteceu de 2010 para cá. Nesta década, dois prefeitos passaram pelo Paço Municipal em Porto Alegre: José Fortunati (2010-2012 e 2013-2016) e Nelson Marchezan Júnior (2017-hoje).

O intenso debate participativo inaugurado nos anos finais do século XX em torno do planejamento urbano em Porto Alegre perdeu espaço já na segunda década do século XXI. Além de não promover as conferências avaliativas, o município de Porto Alegre também falhou em cumprir a determinação do Estatuto da Cidade de que o Plano Diretor seja revisado pelo menos a cada dez anos. Considerando isso, uma nova revisão do PDDUA deveria ter sido concluída até 2020, o que não aconteceu, posto que houve demora do Executivo em pautar o debate, que só entrou na agenda da atual gestão em agosto de 2019. Ou seja, o atraso não tem relação com a pandemia de Covid-19, embora as restrições de circulação com a adoção de quarentena na cidade tenham impactado no andamento das atividades de revisão, sobretudo as presenciais.





Desde a revisão de 2010, pouco do que foi feito pode ser considerado oficialmente como parte do processo: a prefeitura informa um seminário realizado em dezembro de 2016 e um workshop, em outubro de 2017, que definiu 12 temas prioritários para a revisão, tendo como base os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU. Após um hiato de quase dois anos, em que o prefeito Marchezan só falava de Plano Diretor quando provocado, especialmente pela imprensa, o tema entrou na pauta em agosto de 2019, com a assinatura de um memorando de entendimento com o ONU-Habitat. Essa parceria não se concretizou e migrou, em dezembro do mesmo ano, para um acordo de cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com duração inicialmente prevista até dezembro de 2021. É por meio do PNUD que consultorias serão contratadas para conduzir o trabalho.

No período entre agosto e dezembro de 2019, a prefeitura coletou dados das secretarias, ouviu entidades e realizou 9 oficinas de consulta à população sobre demandas das regiões que poderiam ser contempladas na revisão do PDDUA. Entretanto, estas etapas não atendem o caráter participativo previsto em lei. Em março de 2020, quando a prefeitura decretou estado de calamidade devido à pandemia de Covid-19 e instituiu quarentena para a população, as atividades presenciais foram suspensas, sendo mantidas as atividades técnicas no âmbito da prefeitura e desta em relação ao PNUD. No mesmo sentido, o Ministério Público Estadual emitiu recomendação suspendendo as atividades presenciais. No momento, a prefeitura negocia com o PNUD estender o prazo do acordo, considerando o período sem atividades.

Os problemas enfrentados com os debates para renovação do Plano Diretor não são isolados. Porto Alegre, que nos anos 1990 foi considerada a capital mundial da participação popular, fama conquistada justamente a partir do êxito do lançamento da ideia de realizar o Fórum Social Mundial, e também pelo sucesso no desenvolvimento e manutenção do Orçamento Participativo, vem retrocedendo de forma acelerada no que ainda mantinha de participação popular.

Os conselhos gestores de políticas públicas, espaços nos quais representantes de organizações sociais debatiam aspectos importantes das políticas municipais, perderam muito da sua pujança. Também o Orçamento Participativo definha, mesmo nos seus aspectos formais, como a convocatória das assembleias anuais e a manutenção da periodicidade das reuniões do seu conselho de representantes.

Por agora, o futuro dessas políticas participativas permanece em suspenso, ao menos até meados de novembro de 2020, quando ocorrerão eleições municipais em todo o país e se abre a possibilidade de retomada das políticas participativas em Porto Alegre, bem como em outras municipalidades.

## REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. O Estatuto da Cidade e a democratização das políticas urbanas no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 91, 2010. Acessado em: 28 de outubro de 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/4491>.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. *ESTUDOS AVANÇADOS*, v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; LAGO, Luciana. Dinâmica metropolitana e os novos padrões de desigualdade social. *São Paulo em Perspectiva*, v. 9, n. 2, p. 25-32, 1995.





# Em Rede

*Este Boletim é um instrumento de comunicação que será tanto mais eficaz quanto mais colaborativo for. Todos os membros da Rede de Autarquias Participativas podem, assim, fazer-nos chegar os seus contributos para os próximos números. Basta enviar mensagem para o correio eletrónico [rap@oficina.org.pt](mailto:rap@oficina.org.pt)*





**Rede de Autarquias Participativas**

[www.portugalparticipa.pt](http://www.portugalparticipa.pt)  
[fb.com/portugalparticipa](https://fb.com/portugalparticipa)

**Secretaria Técnica**

Oficina  
[rap@oficina.org.pt](mailto:rap@oficina.org.pt)  
[www.oficina.org.pt/rap.html](http://www.oficina.org.pt/rap.html)